



O LUGAR DA JUVENTUDE NA VILA VARJÃO: política pública de intervenção urbana integrada e implicações educacionais

The place of the youth in Vila Varjão: urban integrated public policy and educational implications

Magda de Lima Lúcio

Mestre e Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Docente do Mestrado em Administração e Políticas Públicas do Instituto Euro de Ciência e Tecnologia/DF. Pesquisadora do Laboratório Brasília/UnB, Brasília, DF - Brasil, e-mail: magdalucio@uol.com.br.

Resumo

Pretende-se neste artigo analisar a estrutura educacional da cidade Vila Varjão/DF para depreender as possibilidades educacionais disponíveis para os jovens moradores da cidade. Essa estratégia pretende cotejar a estrutura educacional e a política pública de urbanização integrada em curso na cidade para verificar em que medida essa abrangente política potencializou as chances de integração dos jovens moradores no mundo social que os rodeia por intermédio do fomento de direitos individuais e coletivos, fundamentos do conceito de cidadania. A análise teórica se ancora nas relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico, de acordo com a abordagem de Pierre Bourdieu. Para tanto, será analisado o modelo de urbanização específico de Brasília, denominado por alguns pesquisadores de 'segregação planejada'. Esse modelo traz consigo uma visão dicotomizada de cidade, que opõe centro e periferia. Nessa medida, as cidades-satélites são frutos desse modelo e não uma presença esdrúxula e imprevisível. No que se refere aos instrumentos metodológicos foram realizadas entrevistas semiestruturadas com aproximadamente vinte moradores da cidade (homens, mulheres e jovens). Esse procedimento teve como premissa a necessidade de se conhecer a representação dos moradores da cidade acerca do sentimento de pertencimento à cidade Vila Varjão e também sua avaliação sobre o programa de urbanização integrada.

Palavras-chave: Política pública. Intervenção urbana integrada. Juventude. Educação.

Abstract

In this article I intend to analyse the educational structure of Vila Varjão (one of Brasília's poorest districts) in order to infer the educational possibilities available to the youngsters who live there. From an assessment of its educational structure I intend to evaluate the public policy for integrated urbanization currently implemented in that district; my aim is to verify to what extent this policy has succeeded in creating opportunities of social integration for those youngsters in their community through the spurring of individual and collective rights based on the concept of citizenship. My theoretical approach is founded on the work of Pierre Bourdieu concerning the relations between the respective structures of social space and physical space. For in such a way, the model of specific urbanization of Brasília, called for some researchers of 'planned segregation' will be analyzed. This model brings obtains a dichotomized vision of city, that opposes center and periphery. In this measure, the cities satellites are fruits of this model and not an unexpected presence. As a fieldwork, I conducted in loco interviews with 20 inhabitants (men, women and youngsters). This procedure had as premise the necessity of if knowing the representation of the inhabitants of the city concerning the feeling of belonging to the city, Vila Varjão and also its evaluation on the program of integrated urbanization.

Keywords: Public policy. Integrated urban intervention. Youth. Education.

INTRODUÇÃO

De acordo com Pierre Bourdieu (2001, p. 160) “a estrutura do espaço social se manifesta, [...] nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado ou apropriado funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social.” A Vila Varjão representa de modo bastante apropriado essa realidade, pois dista menos de oito quilômetros do Plano Piloto e possui condições materiais e imateriais de sobrevivência próximas às das populações mais pobres do planeta. Pretende-se neste artigo analisar as possibilidades educacionais da juventude para compreender se o “Projeto de Urbanização Integrada Brasil/BID/Vila Varjão” propiciou a integração dos jovens no mundo social que os rodeia por intermédio do fomento de direitos individuais e coletivos, fundamentos do conceito de cidadania.

A construção da Capital Federal na década de 60 pretendeu romper com uma lógica segregadora do espaço urbano brasileiro, porém,

segundo Aldo Paviani (1998, p. 49), o que houve no Planalto Central de fato foi “um projeto, não explícito, de exclusão sócio-espacial da população pobre, antes mesmo de sua inauguração.”

Segundo Ferreira e Penna (1996), Castelo Branco (1987) e Silva (1997) o modelo racional-científico e capitalista periférico de construção da Capital teve como princípio ordenador a superação do atraso socioeconômico da nação. “Às desigualdades anteriores veio se impor um modelo seletivo que, obviamente, não superaria as contradições” (FERREIRA; PENNA, 1996, p. 192).

Esse modelo traz consigo uma visão dicotomizada de cidade, que opõe centro e periferia. As cidades-satélites¹ são frutos desse modelo e não uma presença esdrúxula e imprevisível. As tentativas de equilibrar e harmonizar ideais não escondem as contradições do mundo real, no qual as diferenças de classe não puderam ser ocultadas, expressando-se no intenso crescimento urbano do Distrito Federal. É falacioso pensar que as cidades-satélites se oponham ao Plano Piloto, como uma paisagem

¹ Quando do início da construção de Brasília não havia previsão de que aqueles que vieram a construí-la permanecessem e se fixassem na cidade após sua construção. Com a recusa desse contingente populacional retornar às suas cidades iniciou-se um movimento de resistência dos construtores, pleiteavam a permanência no Distrito Federal. Nessa medida, as autoridades foram impelidas a criar meios para a permanência desse contingente populacional, assim foram criadas as primeiras cidades satélites (SOUSA, 1983). Atualmente o Distrito Federal conta com 25 cidades satélites.

dual e dicotomizada. Elas não poderiam existir sem o Plano Piloto, e é para mantê-lo que elas existem. “Juntos formam a unidade da cidade segmentada em classes” (NUNES, 1997, p. 195).

Assim, os comportamentos e ações duais que permearam a construção e a implementação do projeto modernista da Capital Federal, que nos podem parecer desconexos à primeira vista, vão se delineando e tomando forma quando se percebe essas unidades soltas e fragmentadas como parte de um discurso que oculta e dissimula suas reais intenções (CHAUI, 1990).

A decisão de se construir a Capital Federal no meio do sertão goiano apresenta características relevantes do desenvolvimento nacional. Para construir a Capital, **Juscelino Kubitschek, solicitou ao Congresso Nacional plenos poderes para executar a obra.**

Esse procedimento antecipou a tônica do processo: em nome da racionalidade e do tempo, medidas autocráticas e centralizadas, essa tônica apresentou um projeto de país adequado à perspectiva do observador/investidor externo. Tendo sido os direitos e garantias sociais muitas vezes sacrificados em nome da racionalidade e da eficiência, depreendendo-se um projeto de nação que não se pensa enquanto espaço social de constituição de direitos.²

Nesse quadro a construção da capital representou uma ‘domesticação’ do território em prol de um projeto econômico e político e a ocupação dos arredores da Capital emerge como um movimento ao mesmo tempo antagônico e complementar a essa lógica. A terra no sistema capitalista é mercadoria como outra qualquer e a distribuição das pessoas no espaço urbano se faz envolta numa aura de hierarquia, para uns prestígio e distinção para outros o estigma de viver em áreas pouco urbanizadas, desreguladas fundiariamente e com poucos ou nenhum serviços essenciais.

Aldo Paviani (1999) afirma que esse modelo segregador, instituído no DF, foi um elemento condicionante para o acesso à habitação

aos trabalhadores urbanos de baixa renda. A terra, enquanto mercadoria, é de acesso a poucos, e o assentamento das famílias de pioneiros,³ trabalhadores da construção civil, em locais distantes do centro decisório reafirma a função da distribuição do contingente populacional como uma medida de controle social, sobrepondo-se muitas vezes às funções de moradia e convivência social.

Antes mesmo da inauguração da Capital, em 1958, foi criada a cidade de Taguatinga, como núcleo-dormitório, desequipado e distante dos locais de trabalho. A partir de 1960, a política de implantação de grandes conjuntos habitacionais distantes foi vigorosamente implementada, e os ‘construtores da cidade’ foram sumariamente removidos para os núcleos satélites do Gama, Sobradinho, Vila Buritis (Planaltina) e, já na década de 70, para a Ceilândia (GOUVÊA, 1996, p. 232).

Segundo Nunes (1997, p. 54), “na origem do Distrito Federal, as terras eram, na maioria, abundantes e não regularizadas. Constrói-se a cidade com base em uma estrutura jurídica da propriedade carregada de ambigüidade legal, dando margem a práticas aparentemente selvagens na ocupação das terras”. Ou ainda, “em termos de Brasil, tratava-se de um processo original que funcionou como experiência pioneira de controle da ocupação do espaço da cidade” (NUNES, 1997, p. 35). A ocupação territorial da capital ocorre de modo diverso das demais cidades brasileiras. Aqui as terras pertenciam ao Estado (mais de setenta por cento são públicas). Mas ainda que exista esse elemento, que poderia se tornar central na elaboração de uma política habitacional menos injusta, são repetidos os padrões vigentes nas demais cidades: terra urbana para especulação (PAVIANI, 1989).

Interessante ressaltar o trabalho precursor da NOVACAP, Companhia Urbanizadora da Nova Capital, empresa pública que tinha a função de construir e urbanizar a capital federal. Essa

² Para materializar a meta de construção da capital federal em cinco anos o ritmo dos canteiros de obras era frenético e não raro, existiram conflitos entre trabalhadores e encarregados das construtoras. Muitos conflitos culminaram em chacinas, sendo o mais conhecido o da *Pacheco Fernandes*, nome de uma das construtoras. O conflito foi iniciado pela recusa dos operários em comerem a comida servida no refeitório do acampamento, em virtude da péssima qualidade. Para conter os operários foi chamada a força policial, a temível Guarda Especial de Brasília, GEB. Nesse embate morreram 9 operários e mais de 60 ficaram feridos. Esse evento nunca foi assumido pela NOVACAP, empresa responsável pela construção de Brasília (TEIXEIRA, 1996).

³ Os pioneiros são os primeiros moradores da cidade.

Companhia jogou um papel preponderante nos dez anos que se seguiram à inauguração e atualmente é detentora de um amplo conhecimento acerca da urbanização e criação de infraestrutura para cidades. Ficou a seu cargo os primeiros planos habitacionais, de saúde e de educação no DF. Ao desempenho dessas funções foram agregadas também a responsabilidade de promover a venda de terras públicas e criar os assentamentos que posteriormente se tornaram cidades-satélites em todo o Distrito Federal.

As funções dessa Companhia não encontram correlato em outras instituições, pois uma empresa pública gere as terras da Capital, também propriedades públicas, e ao mesmo tempo trata-se de um dos metros quadrados mais caros de todo o país. Fica, portanto, a indagação, por que sendo públicas as terras são tão caras? Por que os preços são fixados em um patamar tão elevado?

Aldo Paviani e outros pesquisadores lançam luzes sobre essas questões e nos informam que a Novacap funcionou como uma imobiliária privada – especulou tanto quanto os ‘investidores’. Nessa medida, a terra é pública se torna eixo fundante na criação e estabelecimento de vários grupos sociais de reivindicação. Um exemplo atual é a criação de lotes em todo o DF para policiais militares e bombeiros, embora as leis⁴ que regulamentem a criação de programas habitacionais para militares sejam dos anos de 1999 e 2000, somente no ano de 2008 as áreas foram destinadas e o procedimento de cercamento dos espaços, transformando-os em lotes, foram feitos.

Observa-se uma forte vinculação entre a ocupação dos cargos públicos e a destinação de terras também públicas para determinados segmentos sociais. Os grupos que conseguem se mobilizar e constituir representação política, seja no executivo ou no legislativo, alcançam boas chances de conseguirem suas moradias. Ao mesmo tempo em que grupos que não conseguem se mobilizar com eficiência, ou seja, não conseguem representação pública, ficam alijados desse benefício.

Pode-se concluir que a mobilização social no DF está marcada por práticas que juntam intimamente partículas democráticas, mas também, partículas populistas e que não se prestam à emancipação e a aprendizagem da igualdade. Embora o objeto de análise deste artigo seja uma política pública com financiamento internacional se faz mister apresentar alguns indícios da constituição da luta pela terra no DF, pois se trata de um objeto distinto de outros movimentos nacionais de cunho semelhante.

PROGRAMA HABITAR BRASIL BID: informações preliminares

De acordo com o Manual do Usuário (BID, 2004), este programa destina recursos para fortalecimento institucional dos municípios e para execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e de ações de intervenção social e ambiental, por meio de dois subprogramas:

- a. de Desenvolvimento Institucional – DI;
- b. de Urbanização de Assentamentos Subnormais – UAS.

Esse último, objeto empírico desse artigo, desenvolve obras e serviços para regularização e urbanização de assentamentos precários complementados com ações voltadas para o desenvolvimento comunitário da população residente e a regularização fundiária.

Os destinatários finais do programa são famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até três salários mínimos que residem em assentamentos precários – favelas, mocambos, palafitas, entre outras – localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estados.

O Ministério das Cidades é o órgão gestor do Programa com atribuições de promover treinamentos, planejar, organizar, coordenar e controlar sua execução. A Caixa Econômica Federal, empresa pública controlada pela União, tem como função a operacionalização do Programa, orientando suas formulações e

⁴ O projeto é destinado ao atendimento das Leis Complementares nº 29, de 04.09.1997 e nº 210, de 10.05.1999 respectivamente, esta regulamentada pelo Decreto nº 21.201 de 17.05.2000 e Portaria nº 16/2000, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, de 30.05.2002, que instituiu o Projeto Servir-Vilas Militares, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que autorizam o Poder Executivo a criar as Vilas Militares e o Projeto Habitacional para essas categorias.

realizando as atividades de análise, aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos integrados. Os municípios, Distrito Federal e, eventualmente, Estados serão proponentes e agentes executores responsáveis pela implementação das ações e dos projetos financiados com recursos do Programa. Também é prevista a representação dos beneficiários por meio de organizações comunitárias que devem participar efetivamente de todas as etapas do trabalho voltado para a comunidade.

Os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União e contrapartida do proponente. São aplicáveis ao Programa as diretrizes e regras do contrato de Empréstimo nº. 1126 OC/BR, celebrado entre a União e o BID, o Regulamento Operacional, o Manual de Orientações dos Subprogramas DI e UAS e seus anexos.

□ No Distrito Federal o Projeto Integrado Vila Varjão foi implantado a partir do Urbanização de Assentamentos Subnormais – UAS, objeto de análise deste artigo.

PROGRAMA HABITAR BRASIL BID NA VILA VARJÃO

O Projeto contou com repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento no montante de R\$ 9.502.475,27, somado à contrapartida do Governo do Distrito Federal de R\$1.676.907,40. Esses recursos têm como objetivo implementar o projeto de urbanização integrada para famílias de baixa renda morando em áreas de riscos e áreas regularizadas do Varjão. A cidade foi escolhida em virtude de suas características serem compatíveis com aquelas requeridas pelo Programa, quais sejam:

- Região com sensibilidade ambiental, dentro da APA do Paranoá;
- Objeto de intervenção urbana anterior, no ano de 1991;
- Invasão em áreas de risco, comprometendo o meio ambiente e a saúde da população;
- Bom nível de organização comunitária.

A primeira estratégia de ação compreendia um estudo com duas partes, sendo a primeira composta por:

1. Diagnóstico integrado;
2. Relatório fotográfico;
3. Pesquisa socioeconômica;
4. Relatório de avaliação de impacto ambiental.

E a segunda parte, com vistas à intervenção urbanística, contava com o Plano, os Programas e os seguintes Projetos:

1. Anteprojeto urbanístico e de infraestrutura;
2. Mapas temáticos e plantas;
3. Habitações sobrepostas/anteprojeto de arquitetura; concepção geral de implantação do Projeto Integrado da Vila Varjão, plano de reassentamento de famílias, projetos de participação comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda;
4. Plano de implementação do Projeto.

Uma empresa de consultoria foi contratada, sob a supervisão técnica do governo do Distrito Federal, para sistematizar as informações existentes, coletar novas informações e elaborar o relatório incluindo as duas partes.

Esse estudo preliminar foi pago com recursos do Banco Interamericano, sendo condição para participar da seleção das cidades que seriam alvo de intervenção. Para a escolha também foi avaliado o potencial de participação da comunidade no processo de execução do projeto de infraestrutura urbana e recuperação ambiental.

Além de ser uma recomendação para elegibilidade da cidade, a participação da comunidade também foi incorporada pela equipe do Ministério das Cidades, responsável pela implantação do Programa. A recomendação foi inicialmente operacionalizada pela constituição integrada das equipes técnica e social. Usualmente essas equipes trabalham no mesmo projeto, porém de maneira desconectada, em outras palavras, os engenheiros e arquitetos executam suas atividades independentemente dos sociólogos, assistentes sociais e engenheiros ambientais. Para evitar essa separação as equipes foram concebidas como um todo integrado, fato que pode ser comprovado na ação da equipe social na Vila Varjão durante os dois anos em que a obra ficou embargada pelo

IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente). Mesmo com a suspensão das atividades de urbanização a visitação às famílias, os cursos de capacitação e as atividades de educação ambiental, continuaram acontecendo na cidade.

Em tempo, vale ressaltar que a equipe social jogou um importante papel no processo de implantação do projeto, pois em se tratando de urbanização em área de sensibilidade ambiental houve, desde o início, conflitos entre órgãos locais e federais para a liberação das obras. Em 2002 o Projeto foi assinado, mas durante quase um ano as equipes aguardaram a licença de instalação para o início das obras. Naquele momento a licença era fornecida pela Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SEMAR-GDF). Entretanto, nesse mesmo ano a cidade passou a pertencer à Área de Proteção Ambiental do Paranoá, e a licença expedida foi cassada, pois o IBAMA se tornou o responsável pela área e somente ele poderia autorizar a execução do Projeto. Todo o trabalho feito pela SEMAR, órgão do GDF, foi desconsiderado e um novo processo foi aberto, dessa vez, na esfera Federal, pelo IBAMA, levando mais de um ano para ser concluído. Em 2004 os recursos do BID foram suspensos, pois o prazo de dois anos para execução e conclusão das obras havia expirado. As associações da cidade se organizaram para impedir que os recursos fossem remanejados para outra localidade. Esse processo desencadeou uma disputa interna, entre as lideranças, para condução das ações junto aos governos Local e Federal; e reavivou uma disputa externa, entre moradores da Vila e alguns moradores do Lago Norte.

A disputa externa remonta à década de 1990 quando ocorreu um movimento de mobilização no Lago Norte para remanejamento dos moradores da Vila. O objetivo era transformar a paisagem do local transformando-o em área contígua ao Lago Norte com moradias e terrenos para moradores com perfil compatível com a área

nobre. Durante as entrevistas foi possível identificar nos moradores do Varjão um forte sentimento de rejeição. Por se tratar de uma área muito próxima ao Plano Piloto, e no DF a segregação ser planejada, muitos moradores se ressentem da convivência com pessoas de baixa renda. Alguns entrevistados na Vila Varjão afirmam que só estão morando ali em virtude da organização popular alcançada na luta pelo direito à permanência no local.

ANTECEDENTES DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA

A ‘invasão da Vila Varjão’⁵ teve início ainda na década de 70, quando um deputado detentor da posse de uma chácara naquela área resolveu dividi-la entre seus empregados, muito embora a terra fosse desapropriada e, portanto, pertencente à TERRACAP. Posteriormente, aqueles empregados a subdividiram repassando-a para parentes e amigos que, gradativamente, foram se instalando no local, principalmente no período de 1977 a 1982. Em 1984, foi realizado o primeiro estudo para manutenção da população no local. Em 1988, a Vila Varjão possuía 378 residências ocupadas por 550 famílias e uma população estimada de 3200 pessoas, segundo levantamento da Associação de Moradores do Varjão do Torto.

A localização geográfica da Vila foi alvo de disputa e reivindicação da vizinha população do Lago Norte e objeto de um forte movimento no começo da década de 90. Vários moradores do Lago Norte não concordavam com a permanência dos moradores/invasores da Vila Varjão e promoveram reuniões e abaixo-assinados com o intuito de removê-los para um local distante, preservando assim o valor de suas propriedades. A população da Vila se organizou e passou a participar das reuniões e disputar com os moradores da área nobre o seu direito à

⁵ As habitações subnormais, de acordo com nomenclatura do IBGE, ou favelas, termo de uso corrente para designar uma “aglomeração de excluídos rebeldes, formando uma comunidade coesa e pondo em perigo a ordem social” um dos mitos expostos por Lícia Valladares em sua obra (2005) não é utilizada no DF para designar habitações similares. No DF se utiliza o termo “invasão”, pois como as terras são públicas quando um grupo ocupa um espaço urbano são considerados invasores de terras públicas. Para removê-los o aparato estatal é acionado e o Serviço de Vigilância do Solo – SIVSOLO faz a remoção com o apoio de policiais militares e bombeiros. Em virtude desse histórico e para designar o estigma que envolve o termo para autoridades públicas a palavra aparece entre aspas.

permanência naquele local. Segundo o relato de alguns moradores eles só conseguiram o direito à permanência graças à organização e bravura de sua população. O movimento empreendido por moradores do Lago Norte empurrava os moradores de baixa renda a repetir o padrão de ocupação do solo urbano da Capital e suas adjacências em: – moradias distantes do centro urbano sem nenhuma infraestrutura urbana.

Com a garantia da permanência, em 1991 o Decreto nº 13.132, de 19/01/91 (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2006), estabeleceu a fixação da população no local e determinou a elaboração de projeto urbanístico para implantação do Varjão.

O cadastramento realizado pelo IDHAB (Instituto de Desenvolvimento Habitacional), em janeiro de 2000, registrou 1.508 famílias, correspondentes a aproximadamente 6.500 habitantes. Mas segundo a PDAD-2004 (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2004), a Vila conta hoje com um número menor de habitantes, 5.945 pessoas. Provavelmente a redução se deve à remoção de 320 famílias para outras cidades, em virtude do processo de urbanização. Essa remoção e eventual reassentamento das famílias em outras localidades, em virtude das demandas do Programa Habitar Brasil/BID, romperam com a lógica da política habitacional do DF.

O Governo do Distrito Federal possui uma política habitacional com critérios estabelecidos, sendo o mais difundido deles o tempo de moradia no DF. Para se obter o direito de ingressar em alguma política habitacional local a pessoa deve comprovar no mínimo cinco anos de moradia, sem interrupção, no DF. Como o Projeto HBB/BID opera na perspectiva de focalizar os recursos em uma única cidade, a política do GDF foi modificada para atender aos moradores da Vila Varjão em situação irregular, sendo que alguns deles não satisfaziam ao critério de cinco anos de moradia. Mesmo sem cumprir o critério alguns deles foram incluídos nos lotes, apartamentos ou casas previstos pelo Projeto.

Por um lado, seria muito difícil para o GDF retirar os moradores da localidade sem a resistência dos demais. Por outro, tal flexibilização gerou insatisfação junto aos moradores da própria cidade, em mesma condição, mas não atendidos pelo Projeto. Para driblar a insuficiência de

terrenos a serem distribuídos e não gerar um movimento contrário ao projeto de urbanização foi criado um novo critério só válido para a Vila Varjão: ser filho de algum pioneiro. Ou seja, a pessoa deveria comprovar ser filho ou filha de algum morador antigo de Brasília. Preenchido o requisito e havendo disponibilidade de moradia o morador passava a ter direito a ingressar no projeto.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA VILA VARJÃO COMPARATIVAMENTE COM A POPULAÇÃO DE BRASÍLIA E LAGO NORTE

Renda

Os moradores da Vila têm uma renda per capita mensal de 0,8 salários mínimos, enquanto seus vizinhos do Lago Norte recebem 7,8 (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2006). A renda domiciliar mensal do Lago Norte é de 34,3 salários mínimos enquanto na Vila esse número cai para 2,8 salários. No Distrito Federal a renda domiciliar mensal é de 9 salários mínimos e a renda per capita é de 2,4. Observa-se que a renda mensal dos moradores do DF está mais próxima dos moradores da Vila e quatro vezes mais distante dos moradores do Lago Norte.

Quando indagados sobre essa distância os moradores mais velhos parecem já terem internalizado a situação, enquanto os mais jovens se sentem desconfortáveis e declaram pretender alcançar *status* semelhante ao de seus vizinhos, embora saibam ser difícil.

A cidade figura, segundo o Mapa da Violência, da Divisão de Estatística da Polícia Civil do DF, no primeiro lugar em homicídios e no terceiro em uso e porte de drogas. Essa estatística demonstra quão vulnerável encontra-se toda a população, em particular os jovens. A partir das ações de urbanização advindas do Projeto a população afirma que tem se sentido mais segura, pois o acesso da polícia foi facilitado pela abertura de ruas, canalização das grotas e iluminação pública. Antes a polícia entrava com holofotes e em alguns lugares a viatura não tinha condições de transitar.

Alguns moradores afirmaram que a Vila era um lugar propício para a instalação de pessoas vinculadas ao tráfico de drogas, pois como está

situada no seio de uma região de classe média alta, ou seja, em meio a potenciais compradores de drogas. Com a mudança do traçado urbano e a criação de vias de acesso para as viaturas policiais, vários traficantes se mudaram para o Itapoã ('invasão' próxima ao Paranoá⁶ transformada em região administrativa e que, em 2004, contava com 46.252 habitantes). Mas ainda hoje, segundo depoimentos obtidos, no dia em que a droga chega à Vila há uma queda no número de alunos na Escola que atende aos adolescentes.⁷

Ocupação

No Lago Norte, 4,23% da população declarou estar desempregada, enquanto na Vila esse número sobe para 14,26%. A ocupação remunerada dos moradores da Vila, em sua maioria, é vinculada a empresas privadas, residências ou trabalhos autônomos. Já no Lago Norte 37,8% dos moradores são funcionários públicos, sendo que desses quase 1% declara possuir cargo comissionado. Os vínculos empregatícios dos moradores do Lago, de acordo com a PDAD (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2004), propiciam o usufruto dos direitos trabalhistas com maior ou menor grau de estabilidade. Os trabalhadores do serviço público federal e local têm a garantia dos direitos trabalhistas, bem como melhores condições de aposentadoria – ainda que tenha havido a redução desses direitos por meio das Emendas Constitucionais 20, 41 e 47. Mesmo com essa restrição o trabalho público ainda é uma opção segura e garantida. Na Vila, somente 1% dos moradores goza dos benefícios de ser servidor público (concurado).

Na Vila, 41% dos moradores trabalham por conta própria, são autônomos, enquanto no Lago Norte esse número cai para 8%. Na Vila Varjão quase não se encontra empregadores, enquanto 8% dos moradores do Lago Norte são empregadores. Observam-se pelos dados condições diferenciadas entre moradores do Lago Norte e Vila Varjão na escolha das ocupações profissionais. Aqueles de maior poder aquisitivo que enveredam

pelo caminho de empregador o fazem amparados em uma condição socioeconômica sedimentada, o que não é possível para os moradores do Varjão, aos quais resta trabalhar como autônomo, muitas vezes sem nenhum tipo de financiamento ou apoio técnico ficando dessa maneira privado de uma rede de apoio e no limite, sem garantias sociais.

O ingresso no serviço público tem sido percebido como uma alternativa às relações trabalhistas vulneráveis e inseguras, tendo em vista que a Lei que rege o Servidor Público, 8.112/90, Artigo 22 (BRASIL, 1990), preconiza “o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa”. A ocupação de um maior número de pessoas do Lago Norte no serviço público pode indicar que esse contingente populacional com alto nível educacional busca a estabilidade como esteio para construção de sua carreira profissional e amparo social na velhice.

No que se refere à escolaridade, na cidade mais rica 38,7% dos moradores possuem graduação completa, enquanto na cidade vizinha somente 0,6% possui a mesma titulação. O analfabetismo ainda é enfrentado por 3,6% dos moradores da Vila, enquanto no Lago Norte o índice é de 0,8%. Quase 50% dos moradores da Vila possuem o Ensino Fundamental incompleto e 14% o ensino médio também incompleto.

Para os moradores pobres e de baixa escolaridade resta disputar, com pouco repertório profissional e educacional, empregos em que a desregulamentação e ausência de vínculo empregatício são as marcas recorrentes – no Varjão, quase 20% estão nessa situação. Durante as entrevistas de campo foi observado um grande contingente de casas chefiadas por mulheres que, em sua maioria, não desfrutam de nenhum tipo de benefício ou cobertura social.

Os dados indicam um vínculo considerável entre penúria econômica e baixa escolaridade. Essa relação pode ser exemplificada pela vida de Valéria uma jovem de 22 anos que no

⁶ Paranoá é uma cidade-satélite próxima da Vila Varjão, também originária de um assentamento precário não regularizado, hoje conta com boa infraestrutura e serviços urbanos.

⁷ Em visita a uma cidade de Goiás que também está recebendo os recursos do mesmo projeto os depoimentos foram coincidentes no que se refere ao tráfico e uso de entorpecentes. Houve um projeto de urbanização mais profundo do que o vivenciado pela Vila, mas que não foi suficiente para livrar a população do tráfico e uso de drogas. Os jovens são as vítimas fatais desse comércio.

momento da entrevista cursava a graduação em Jornalismo numa instituição privada de prestígio no Distrito Federal. O seu ingresso se deveu ao forte incentivo e apoio financeiro de frequentadores de um centro espírita da Vila. Entretanto os recursos findariam no fim do ano de 2006,⁸ ou seja, ela só teria condições de cursar dois semestres, caso não conseguisse uma ocupação regular com uma razoável remuneração, pois o valor da mensalidade era alto, em torno de R\$ 800,00, mais despesas com livros, transporte e alimentação.

Durante a entrevista Valéria relatou a dificuldade de convivência com seus colegas da graduação. Ela afirmava que nenhum de seus amigos conversava ou tinha interesse em ouvir seus comentários e menos interesse ainda em ajudá-la a superar sua dificuldade em compreender os conteúdos trabalhados nas disciplinas. Ela afirmava que não sabia se ia conseguir continuar naquela turma, pois alguns olhares a incomodavam, segundo ela, em vários momentos se sentiu discriminada, em virtude de seus comentários.

Importante afirmar que a instituição em que a jovem estudava é conhecida por agregar em seu corpo discente estudantes de classe média alta que não alcançaram pontuação suficiente para ingressar na universidade pública ou que pretendem dar continuidade aos negócios da família estudando na mesma instituição em que seus pais concluíram os estudos de graduação. Estudam nessa instituição filhos de ministros, netos de ex-presidentes da república, parentes de deputados e senadores, dentre outras ocupações de prestígio e reconhecimento profissional e financeiro. Não são muitas as pessoas com o perfil de Valéria no curso de jornalismo.

Foi constatado durante a entrevista que a linguagem utilizada por Valéria continha muitos erros de concordância verbal e nominal e também um vocabulário pobre para exprimir determinadas ideias. Talvez essas características tenham sido identificadas por seus colegas de sala de aula como práticas de pouca ou nenhuma distinção, tomando aqui o conceito de distinção de Pierre Bourdieu. Além de estudar Valéria é dançarina de *Axé Music*, ela fundou um grupo de dança em que as coreografias são por ela criadas e os ensaios são também por ela dirigidos. Durante a

entrevista apresentou um álbum de fotografias e reportagens em jornais locais em que as apresentações do grupo de dança eram noticiadas.

Ao analisar a vida dessa jovem podemos recorrer às categorias de *habitus e campo social* de Pierre Bourdieu (2007) para interpretar essa realidade. Segundo ele o *habitus* de cada ator social condiciona seu posicionamento espacial e na luta social identifica-se com sua classe social. Para ocupar um espaço social diferenciado, como é o caso de Valéria, ela deve conhecer as regras do jogo dentro de um novo campo social, a instituição privada em que estuda, e estar disposta a jogar o jogo, ou seja, deveria incorporar os dispositivos de luta no novo campo, de acordo com Bourdieu, esse seria um espaço de disputa onde uns têm mais, outros menos e onde certas questões estão colocadas em jogo. Pode ainda ser entendido como o espaço onde se adquire e se utiliza o capital específico.

Para Bourdieu, existe uma forma de interesse ou de função na origem de toda instituição e de toda prática, “implícito no próprio projeto de tornar compreensível e que é constitutivo da própria ciência: este princípio supõe, de fato, que haja uma causa ou uma razão que permite explicar ou compreender porque tal prática é ao invés de não ser, e porque ela é assim e não de qualquer outra maneira” (BOURDIEU, 1983, p. 27). Isso coloca na base da questão o “conceito de investimento no sentido da economia, mas também no da psicanálise que recebe, objetivamente, um pagamento de volta num prazo mais ou menos longo através de uma economia” (BOURDIEU, 1983, p. 28). Desse modo, o investimento medeia a ação entre um espaço de jogo e certas questões que são colocadas em jogo.

Valéria habita desde que nasceu o mesmo barraco de madeira, com mais ou menos 50m², pé direito em torno de 1,80m de altura, coberto por telhas de amianto sem nenhum forro. A entrevista foi feita durante o mês de outubro, auge da seca no DF, e o calor era absolutamente insuportável. Naquele momento a família aguardava ser removida para uma das habitações oriundas do projeto de urbanização integrada.

A jovem mora com sua mãe, seu irmão recém-casado com esposa e bebê, na época com menos de um ano de idade. Sua mãe foi empregada

⁸ O trabalho de campo foi realizado durante os últimos meses do ano de 2005 e todo o ano de 2006.

doméstica durante 30 anos numa residência do Lago Norte, entretanto, atualmente não goza de nenhum benefício social, pois durante as três décadas como empregada doméstica não possuía o vínculo empregatício reconhecido, em outras palavras, sua carteira nunca foi assinada. Hoje, como sua filha, conta com a boa vontade de frequentadores do Centro Espírita para sobreviver. Conta também com a remuneração de seu filho, recém-empregado em um estabelecimento comercial. A mãe preza pela educação dos filhos e conta com orgulho que tem uma outra filha que não mora mais com ela e que possui graduação. Ela espera que os outros dois filhos que ainda moram com ela consigam o mesmo feito, entretanto, somente Valéria parece ter essa vontade.

O relato do caso de Valéria pretende lançar luzes sobre questões sociais recorrentes. Em termos investigativos pretende-se compreender como as pessoas vão poder se colocar de maneira igualitária no mercado ou em outras esferas da vida social, sem usufruir de um repertório que lhes dê condições para enfrentar os desafios propostos. Valéria pode ser citada como uma exceção, pois mesmo diante de todas as dificuldades não se intimida, continua indo às aulas e em alguns momentos se coloca firmemente diante dos colegas de sua classe. Quantos outros não chegam sequer a reunir condições materiais e subjetivas para ingressar ao menos por um semestre em instituições de ensino superior? Ou quantos sequer conseguem concluir o ensino médio?

OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS DOS HABITANTES DA VILA VARJÃO

Ensino formal

O caso de Valéria nos dá algumas pistas. Indagada sobre quantos livros já havia lido a jovem afirma que poucos, já que não gozava de condições para comprá-los e nem tinha acesso a uma biblioteca pública.

Na cidade não há nenhuma creche pública ou uma escola de ensino infantil. Há somente um estabelecimento de ensino fundamental que atende até o quinto ano, antiga quarta série do primeiro grau. Ao concluir o quinto ano as crianças são transferidas para o centro de ensino fundamental do Lago Norte. Essa escola dista dois quilômetros

da Vila e as crianças, em sua maioria, têm que ir a pé. Para duas mães entrevistadas um problema sério. O caminho que separa a casa da criança da escola é um caminho perigoso, segundo elas. As crianças caminham no acostamento da rodovia porque não existe passeio para pedestres. E é também perigoso no que se refere ao assédio de traficantes e pequenos assaltantes. Durante o trajeto as crianças são aliciadas para cometer pequenos delitos nas casas do Lago Norte ou mesmo na Vila. Para as meninas o assédio é sexual, muitas ficaram grávidas logo que foram transferidas de escola. O relato de uma das mães foi particularmente tocante, segundo ela logo depois de ser transferida de escola e começar a percorrer esse caminho sua filha engravidou, ela tinha treze anos, após o parto deixou o bebê e “desapareceu no mundo”, segundo a mãe. O bebê já tem sete anos e ela volta às vezes quando necessita de algo.

Alguns professores que já haviam trabalhado na escola de ensino fundamental e hoje trabalham na escola de ensino médio afirmam que a situação da escola é insuportável, os alunos são irascíveis e recorrentemente a escola é depredada. A escola está geograficamente localizada no Lago Norte, entretanto, não existem moradores da cidade estudantes nessa escola. É uma contradição, pois, na Vila não existe escola, mas há estudantes e no Lago Norte existe a escola, mas não estudantes. Os filhos dos moradores do Lago estudam em escolas particulares, em sua maioria, no Plano Piloto. A escola pública é utilizada por filhos de trabalhadores das residências e moradores da Vila.

Na escola de ensino médio, próxima à outra, a situação é totalmente diferente, os professores entrevistados afirmam ser uma maravilha trabalhar na escola e os alunos são muito bem comportados e interessados. Ou seja, aqueles alunos ‘mal comportados’ em geral desistem ou permanecem durante vários anos em uma mesma série escolar, são os repetentes. Aqueles que conseguem suplantar as barreiras, ou seja, chegam ao Ensino Médio usualmente são conhecidos pelo bom comportamento, pelas boas iniciativas, por atitudes cooperativas, dóceis e também por serem bons ouvintes. Em suma, são capazes de assimilar as orientações dos professores e alcançar o êxito escolar.

Pode-se inferir nesse caso que a escola não conseguiu reunir condições adequadas para trabalhar com os estudantes que apresentam

dificuldades de aprendizagem ou comportamentos inadequados. Os alunos que conseguem chegar ao Ensino Médio são, portanto, aqueles que não apresentaram nenhum tipo de atitude considerada inadequada. Essa questão nos leva a refletir sobre a capacidade da instituição escola, no seu conjunto, em absorver as contradições e desigualdades assentes naquela comunidade, indicando que o alcance de resultados mais favoráveis seriam conseguidos por intermédio de uma estrutura diferenciada.

Ensino não-formal

A maior parte das oportunidades de ensino para os jovens moradores da Vila encontra-se em cursos de curta duração ofertados, em sua maioria, por instituições não convencionais de ensino.

No momento da entrevista a associação de moradores da Vila recebia recursos do Programa Segundo Tempo do Ministério dos Esportes. O Programa é composto por vários programas sociais de acompanhamento de crianças no horário oposto ao horário escolar e conta com recursos do Orçamento Geral da União. A ideia é ofertar às crianças e jovens moradores de periferias atividades físicas, acompanhamento e reforço escolar. Geralmente são utilizadas as estruturas que a cidade possui para atendimento das crianças, para isso são firmados convênios com Associações, organizações não-governamentais e o próprio governo local para administrar os recursos e planejar as atividades de atendimento. Em Vila Varjão são atendidas mais de mil crianças com esses recursos, sendo que em torno de 600 recebem o atendimento pela Associação Comunitária e mais de 400 pela própria Administração Regional.

Segundo a orientação do Governo Federal para implementação do Programa Segundo Tempo os profissionais envolvidos com as atividades devem preferencialmente ter formação específica compatível como trabalho ministrado, entretanto, na Vila, os monitores, em sua grande maioria, não possuem formação e às

vezes, nem o ensino médio.⁹ As crianças recebem aulas de Tae Kwon Do, Judô, futebol de campo e *society* (feminino e masculino), reforço e informática.

Durante uma semana as aulas ofertadas na única quadra da cidade foram observadas e alguns detalhes convocam a atenção. Em primeiro lugar o professor não tinha formação pedagógica ou acadêmica, é um jogador de futebol semiprofissional que mora a 50 km da Vila e durante os campeonatos locais é subcontratado para jogar nos times de Brasília. As aulas começavam com o sol a pino, as crianças vestidas inadequadamente, com calças grossas de tecido jeans, descalças ou com sandálias havaianas. O início da aula era sempre atormentado, as crianças correndo de um lado para o outro e o professor sempre ameaçando não permitir que eles pegassem na bola. Os exercícios de alongamento eram precários e assim, partiam diretamente para uma aula prática.

Durante a aula, atitudes antiesportivas foram repreendidas de maneira displicente pelo professor. A grande ameaça sempre era não ficar com a bola ou serem impedidos de participar das aulas. O vínculo das crianças com as atividades era frouxo sendo em alguns casos permitida a falta sem comunicação ou justificação. Nesse registro a instituição social 'escola' é desconstituída de seu poder fundante, qual seja, ensinar. Esses meninos não são alunos, na medida em que seu professor não é um 'professor de verdade', nem na formação, nem no modo de conduzir as atividades. As crianças não se sentem em uma 'escola', portanto, não se submetem às regras da atividade. Como ilustração posso citar um episódio.

Na mesma quadra havia também aulas de tênis, ministrada por uma professora voluntária, sem formação acadêmica compatível, mas com larga experiência no esporte. Essa professora se interessava pelos estudantes, mas nunca havia trabalhado com crianças e adolescentes de periferia, não possuía formação pedagógica. Ela somente ensinava o jogo, no caso tênis.

⁹ Vale observar que ações como essa contribuem para a desregulamentação da profissão docente ao substituírem profissionais qualificados por outros que não possuem qualificação ou licença para exercer a função. Parece correto afirmar que esse tipo de atitude no presente engendra um reflexo perverso no futuro, pois a extinção de postos de trabalho dessa natureza extingue potenciais oportunidades de trabalho para jovens de extratos sociais semelhantes aos que são atendidos no presente.

Algumas passagens merecem destaque em relação ao procedimento didático-pedagógico da professora no que concerne à condução da aula:

1. Os estudantes não possuíam registro formal, portanto, não respondiam a nenhum tipo de sanção no caso de desistência ou superação do número máximo de faltas, ou seja, não há uma regulamentação como no ensino convencional em que numa atividade presencial o estudante deverá ter no mínimo 75% de presença para ser autorizado a continuar participando das atividades;
2. Não havia distinção entre idade, sexo ou grau de habilidade entre os alunos (iniciante, intermediário ou avançado), todos eram ensinados ao mesmo tempo, independente das idiossincrasias;
3. Em caso de discordância das regras ou desacato ao professor ou o inverso não estava instituída uma escala hierárquica em que a contenda poderia ser solucionada e as atividades pedagógicas seguissem normalmente.

Ao entrevistar a professora observou-se que a intencionalidade de sua ação estava relacionada a uma proposta voluntarista e emocional, seguindo a tipologia das ações de Max Weber (2004). Ao orientar sua ação pela emoção a professora autonomiza a realidade material daqueles jovens fazendo-a parecer ser suficiente para a solução de questões de largo alcance e complexidade. Enquanto isso, os meninos e meninas estavam assimilando regras e atitudes que seriam inadmissíveis numa sala de aula convencional. Observa-se um entendimento semelhante àquele que fundou as *work houses*, as crianças não podem ficar desocupadas, mas não se discute a qualidade, pertinência ou relevância da ocupação. Não se discute também a repercussão de determinadas tolerâncias e seu reflexo na formação futura desses jovens.

Na entrevista a professor afirmou que não estava ensinando os jovens a jogar tênis, pois segundo ela, isso seria impossível, já que a quadra era inadequada, eles não possuíam tênis e tampouco material adequado. Indagada sobre o que então fazia informou que não suportava ver

os meninos naquela condição e ela resolveu fazer algo e se eles aprendessem a pedir, por favor, com licença e obrigada, ela já se sentiria satisfeita.

Para essa pessoa, absolutamente impregnada de boas intenções, aqueles meninos jamais seriam capazes de fazer algo extraordinário, no caso jogar tênis. Sou tentada a pensar que essa reflexão pode ser estendida a outros segmentos da vida desses jovens. De acordo com a visão da tenista, ora professora, eles jamais seriam bem sucedidos profissional ou educacionalmente. Parece-me que esse raciocínio bem intencionado no princípio finda com uma premissa perversa: eles jamais teriam condições de tomar parte em um segmento social que goza de prestígio e reconhecimento.

ENSINO NÃO-FORMAL SOB A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DO ENSINO FORMAL

Os professores de atividades de ensino não-formal estão submetidos a um contrato temporário, sem vínculo empregatício, nem garantia de continuidade na função, exemplo, o professor de futebol. Outros são simplesmente voluntários, não recebem nenhuma remuneração, exemplo, a professora de tênis. Aqueles profissionais que são remunerados recebem uma bolsa que varia de meio a um salário mínimo, sem nenhum outro acréscimo. Por esse motivo, o professor de futebol aceitou uma contratação em um time mais próximo de sua residência. O rodízio de profissionais é uma constante nesses casos. Poderiam ser citados muitos outros casos, mas todos repetiriam os narrados acima e nos interessa vislumbrar algumas implicações para o processo formativo e educacional de crianças e jovens que são submetidos a atividades dessa natureza. Todos os professores entrevistados foram unânimes em afirmar que não estavam ensinando as crianças a jogar futebol, a lutar ou jogar tênis, o que eles estavam fazendo era ensinar as crianças a serem mais cordiais e educadas.

Alguns professores das escolas públicas que atendem às mesmas crianças compartilham dessa preocupação. Na Escola de Ensino Médio, atividades desse cunho não são mais aceitas pela direção escolar, pois, segundo a equipe, estavam causando mais danos que benefícios. Aos alunos

não era dado nenhum tipo de limite ou, ainda, as atividades que eram oferecidas na escola faziam parte da contrapartida de projetos iniciados em outras localidades, não tinham nenhuma responsabilidade ou compromisso com a formação a médio e longo prazo desses estudantes.

Em tempo, vale assinalar o diferencial da escola em detrimento de outras instituições sociais que também promovem a aprendizagem, pois a escola não é a única instituição a se preocupar com a questão, entretanto, essa instituição se organiza a partir de uma ação bastante precisa – a intencionalidade. Ensinar é uma realidade que pode ser interrogada e pesquisada não só pela percepção de atos visíveis em sua execução, em suas modalidades, seus sucessos e fracassos, mas também pela reflexão sobre seu significado na formação da personalidade e suas consequências para a vida social (CASTRO, 2002). A escola possui um papel definido na formação das gerações. Essa instituição é responsável pela organização de situações de ensino e de aprendizagem que são organizadas, planejadas, deliberadas, escalonadas em etapas e subdivididas em tempos e espaços escolares conforme as características do universo envolvido. Paulo Freire (1996, p. 77), educador brasileiro, também nos auxilia na compreensão desse fenômeno,

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

De acordo com os educadores citados percebe-se que as ações esportivas e de reforço escolar realizadas na Vila Varjão não se submetem à lógica e à hierarquia típicas do espaço escolar, nessa medida, as ‘ações educativas’ não coadunariam com as atividades da educação formal, pelo contrário rivalizariam com elas. Cabe, portanto, indagar se essas atividades cumprem o objetivo da educação formal de preparar os jovens sejam eles de qualquer origem social para a construção da sociedade da qual fazem parte.

PERTO DO CENTRO, LONGE DAS CONQUISTAS...

Muitas vezes ‘morar na periferia’ não quer dizer que se mora longe do centro urbano, mas que se vive em um ambiente que se caracteriza pela quantidade de obstáculos que freiam a fruição da vida econômica e social do lugar. O atendimento escolar na Vila se define pela precariedade das instalações e pela inexistência de escolas para atender toda a população. A taxa de analfabetismo da Vila não se encontra em decréscimo, como vem ocorrendo nacionalmente. No Brasil, na última década do século XX (1991/2000) a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade caiu de 20,1% para 13,6% (IBGE), enquanto a média na Vila supera a média nacional. Mais de 60% da população da Vila não está matriculada na rede de ensino e somente três pessoas na cidade frequentam um curso superior, Valéria é uma delas.

Esse fato traz um elemento profundamente relevante na análise do desempenho escolar do jovem e seu desempenho na sua vida de criança. As crianças que não conseguiram concluir o ensino fundamental são as crianças objeto de atendimento de programas sociais pontuais e esporádicos, portanto uma indagação instigante se impõe – qual terá sido a influência desses projetos na vida dessas pessoas?

Diante do trabalho de campo realizado, pontos vigorosos de análise se colocam. Em relação às aulas, dois pontos. O primeiro diz respeito à atitude dos professores de afirmar que não estavam ensinando a jogar tênis, a lutar judô ou a desfilar. O segundo ponto refere-se aos cursos e atividades que tinham como objetivo a formação para o trabalho - aprender a fazer boneca, fazer mosaico, fazer *patchwork*. Os dois pontos têm em comum a ausência de finalidade, enquanto no primeiro as crianças não estavam estimuladas a aprender, mas a se comportar, no segundo, os jovens aprendiam a fazer algo, mas isso não se transformava no que havia sido prometido – inserção no mercado de trabalho. Parece-me que essa condição impõe uma situação de desalento e desânimo. O que se pretende então com essas atividades?

Não foram raras às vezes em que as crianças estavam nas aulas e as mães iam passando pela praça onde fica a quadra começavam a gritar

e a ralar com as crianças dizendo que já tinham dito que não queriam que eles ficassem na rua o tempo todo, ignorando completamente que aquela atividade não era 'a rua' simplesmente, era uma aula. Outras vezes as crianças eram convocadas a comprar alguma coisa no mercadinho próximo ou levar alguma encomenda ou mesmo um recado para algum vizinho. Constata-se que a própria comunidade não confere prestígio àquelas atividades, supõe-se que para crianças em formação, essa realidade se transforma num mar de incoerência. O não-reconhecimento da comunidade das atividades educacionais realizadas na quadra de esportes sinaliza para as crianças e adolescentes, frequentadores e não frequentadores, mensagens inconsistentes: devem se dedicar aos estudos e às atividades escolares, mas no momento em que estão na aula os pais e responsáveis pedem que eles se retirem e façam alguma coisa útil.

As crianças ficam confusas, pois frequentam as aulas e não aprendem a fazer 'nada direito' os familiares e conhecidos são os primeiros a acusá-los de incompetência: *tá vendo esse menino aí, não dá pra nada! Já foi pra aula de 'tô con dô', já foi pra aula de tênis e informática, e nada! Só faz bagunça e não quer saber de nada!* (Entrevista com morador realizada pela autora em 23/11/2006).

Resta aos jovens agarrarem-se uns nos outros, como se somente os iguais fossem capazes de se compreender mutuamente, em busca de uma constituição identitária minimamente homogênea. Talvez esse desejo explique os 25 grupos artísticos que existem na cidade, em sua maioria grupos de dança de rua, rap e *hip hop*. Existem também grupos de *axé music* (como o criado por Valéria), quadrilha e pagode. Por meio da música buscam criar e forçar espaços públicos de convivialidade, função primordial da praça pública, mas como a cidade não possui nenhuma praça, os encontros e festas são improvisados em lugares onde haja espaço para que as pessoas se reúnam e festejem. Os espaços improvisados se tornam fonte para a prática dos passos e inspiração para novas letras. As esquinas, as casas de amigos, quintais e também alguns 'clubes'. Para eles 'clube' significa um grupo de pessoas que compartilham algo, por exemplo, o 'clube do Opala', composto por jovens que possuem o carro da marca Opala (não é mais fabricado) para discutirem a melhor

maneira de preservar, limpar e enfeitar os carros, para depois passearem pela cidade em caravana ou ainda fazer pequenos 'rachas'.

A formulação de uma identidade por meio do gosto musical ou artístico e o reconhecimento perante aquela comunidade é um objetivo importante para os grupos entrevistados. Os grupos possuem regras rígidas e disciplina nos ensaios, como nos informa Valéria. Para fazer parte do seu grupo as pessoas não podem fumar, beber ou utilizar qualquer tipo de entorpecente; devem participar de todos os ensaios e demonstrar interesse e entusiasmo. Esse comportamento deve representar o esforço e a vontade de serem reconhecidos positivamente por habitantes de outros lugares. Segundo Fernanda,

Porque assim, além do fato da gente ser discriminado por morar no Varjão, porque tem isso. O pessoal fala assim... às vezes eu sinto vergonha de falar que eu moro aqui. Entendeu? Porque o povo fala 'ab, você mora na Cidade de Deus?' Entendeu?? 'Ninguém pode passar por lá, porque é assaltado!' Essas coisas assim, entendeu? Então hoje, se fosse hoje, eu sairia daqui. Mas como tá tendo mil e um fatores que tá fazendo com que melhore isso aqui. Igual... o projeto pra que tenha um posto policial aqui na frente, outro lá no fundo. Então, pô vai melhorar, e eu espero que melhore. Então assim, daqui a um tempo (se referindo à possibilidade de se mudar), eu acredito que não, porque assim, eu já conheço todo mundo daqui, eu já tenho minhas amizades aqui, então assim, se eu fosse sair... Mas [...] é mais [...] do que aqui. É em todo lugar. Eu moro aqui há muitos anos e nunca fui roubada. (Entrevista com morador realizada pela autora em 23/11/2006).

Valéria percebe o processo de urbanização como um dado positivo para a melhoria das condições da cidade e da possibilidade de deixar de ser vista como uma moradora de um lugar feio e violento:

O lance é que também com essa coisa da urbanização, dizem que esvaiu muito aqui... é, muita gente foi pra Samambaia, pra São Sebastião, pro Itapuã também. Teve muita gente que se deslocou, né? Por conta dos melhoramentos [...] até pra gente é melhor, né? Porque já teve casos de tiroteio aqui, da gente ficar com medo e tudo [...] É complicado. Num teve, mãe? Teve um caso que morreu um bem aqui na frente... (Entrevista com morador realizada pela autora em 23/11/2006).

Os aspectos apresentados fazem parte do estabelecimento de um quadro de sentidos em que se possa delinear o nível e a qualidade do atendimento ofertado à população de baixa renda e ainda se as atividades proporcionadas trazem à tona a criação de sujeitos de direitos.

Ao mesmo tempo em que frequentam aulas diversificadas e cursos variados não é possível afirmar que estejam sendo formados e informados de verdade, não é um objetivo declarado dessas atividades a mudança de mentalidade dos alunos, há um empobrecimento da relação educador/educando em favor de ações repetitivas e desprovidas de conteúdo reflexivo. Tanto as atividades educativas quanto os profissionais que delas participam não se instituem no interior de um quadro de referência em que a profissionalização desse contingente populacional seja o objetivo central. Parece-nos que há um retorno a uma mentalidade medieval em que ocupar simplesmente os andarilhos, os pobres e os desocupados era o fundamento das políticas para os desprovidos.

Percebe-se uma lacuna aberta entre as melhorias físicas da cidade – urbanização, projetos sociais e eventos artísticos – e a promoção dos direitos sociais, pois, mesmo com todo o processo de urbanização, os dilemas sociais são bastante visíveis e não parecem estar sendo enfrentados. Não se nota uma potencialidade prospectiva consonante entre as ações efetivadas e a construção de um futuro sustentado na perspectiva de emancipação.

As opções oferecidas aos jovens em sua totalidade se fundamentam nos modelos de ajuda temporária sem vínculo formal. Esse modelo priva o jovem de construção de uma narrativa de futuro em que ele como protagonista, por meio de sua inserção efetiva na sociedade, poderia desenvolver uma narrativa de futuro, consolidada em elementos palpáveis.

A educação poderia ser um exemplo concreto de possibilidades de inserção, porém, as oportunidades se reduzem a cursos de pequena duração. A insatisfação é visível com essa modalidade de formação – são cursos que depois de concluídos oferecerão baixos salários e contratos flexíveis ou ainda serão empurrados para atividades do mercado informal de trabalho. Eles afirmam que a Cidade Digital será construída e eles só poderão se candidatar às vagas de limpeza e

segurança. Segundo Lööc Wacquant (2001) esse é o tipo de inserção oferecida aos pobres, vigiar ou limpar casas e piscinas. A inserção desses jovens no mercado de trabalho já vem com a marca distintiva da pobreza. Esse grupo populacional é diretamente atingido pela transformação conjunta do trabalho assalariado e da proteção social. Nessa medida escrever uma biografia individual que transponha esse cenário de negação e ausência é a grande esperança dos pais e talvez ainda não seja uma realidade dos jovens, pois eles ainda não conseguem decodificar os complexos signos e sinais da realidade nacional e internacional à qual estão submetidos. Esse é o desafio.

BREVE ANÁLISE DO MODELO PROPOSTO DE POLÍTICA PÚBLICA: conclusões preliminares

O projeto de urbanização integrada em Vila Varjão instiga o olhar na medida em que ele pode ser considerado um exemplo de prática descontínua no que se refere às políticas públicas urbanas.

Esse projeto foi concebido por um grupo do Ministério das Cidades com experiência em planos urbanos de iniciativa social. A concepção do grupo se aproxima dos ideais de funcionalidade modernista (HARVEY, 2001), a proposta urbana presente no HBB/BID Vila Varjão é uma expressão dessa inspiração. As casas não foram simplesmente construídas, a cidade inteira foi beneficiada pelo projeto, como por exemplo, a conclusão da implantação das obras de saneamento básico, principalmente drenagem pluvial, esgotos, coleta de lixo e a pavimentação asfáltica da cidade. Essas obras alcançaram toda a população sem distinção.

O trabalho aproximado entre a equipe técnica e a equipe social também rendeu bons frutos para a cidade, cursos de capacitação foram feitos, constituição de associações foram estimuladas, dentre outras atividades. Intervenções urbanas como finalidade social também é uma característica modernista do planejamento urbano.

As residências planejadas para atender às demandas do projeto HBB/BID Vila Varjão guardam consigo os ideais da funcionalidade e habitabilidade, mas não somente. Vê-se também uma ordem estética nas construções.

A uniformidade do projeto é arrefecida por simpáticos jardins em frente aos prédios e pelas alegres cores das casas e edifícios. De longe se pode diferenciar as casas pertencentes ao projeto daquelas que não o são.

O que se descreve acima pode ser considerado como uma visão ideal típica de projeto de urbanização, um tipo ideal no sentido weberiano. Entretanto, quando esse projeto é recolocado no interior da dinâmica de uma população destituída, pobre, desescolarizada e desempregada, vestígios dissonantes emergem.

As moradias são bem construídas, agradáveis, entretanto possuem 30 m². Cada família beneficiária conta no mínimo com quatro membros, mas na habitação há somente um quarto, usualmente utilizado pelo casal, quando há; os demais membros da família dormem na sala. A preocupação estética pós-modernista rivaliza com outro princípio que também lhe é cara, o fortalecimento da subjetividade, a constituição autônoma e independente do sujeito. As questões sociais e econômicas imediatamente se sobrepõem a essas questões, retornamos às preocupações eminentemente modernas. Em alguma medida a estética das construções consegue, no mínimo, esmaecer essas questões.

Durante algumas visitas foram perceptíveis as contradições entre as escalas do projeto. Observa-se que mesmo de posse de um bem precioso, a moradia, essa população ainda se encontra privada de uma educação de boa qualidade e adequada às necessidades dos jovens para inserção no mercado de trabalho e a formação para a cidadania. Mesmo sendo um projeto pioneiro de ação coordenada voltado para urbanização e criação de infraestrutura em uma cidade é possível inferir que, como dito no início deste artigo, ao retirar-se as camadas visíveis e procurando uma análise reflexiva desse projeto observam-se ainda vestígios de modos de exclusão social da população no seu conjunto. Essa dicotomia ficou perceptível durante o trabalho de campo.

As pessoas estavam felizes, sem dúvida alguma, com a conquista da moradia, mas era uma alegria, pode-se dizer conformada. Não era o que eles queriam, mas o máximo que conseguiram. Tinham receio de dizer que não estavam agradecidos e contentes. Quase como efeito religioso, não ousavam dizer que não estavam contentes com a conquista.

Na cidade não se viam os moradores, não beneficiários diretos do projeto, com um comportamento otimista em relação à urbanização. Não depositavam muita confiança de que a transformação urbana seria grande após a conclusão do projeto. Mesmo após a urbanização os entrevistados afirmavam que ainda eram motivo de piadas e chacotas em seus locais de trabalho por morarem na Vila. Achavam que a Vila havia mudado, mas que todos continuavam achando que lá era lugar de pessoas que viviam uma vida marginal e fora da lei.

As opções concretas para os adolescentes também não aconteceram após as capacitações. A empregabilidade das mulheres não cresceu após a criação de associações e a aprendizagem de artes manuais. Os homens continuavam subempregados nas residências do Lago Norte como 'faz-tudo'.

Em suma, o projeto melhorou a imagem que os moradores tinham de sua cidade, mas não trouxe a eles elementos concretos de superação da condição de pobreza e vulnerabilidade. Os moradores desconfiavam que ainda teriam que se submeter a empregos sem a garantia dos direitos trabalhistas, sem prestígio ou reconhecimento financeiro. Desconfiavam que ainda continuariam a depender de ações de caridade de grupos mais favorecidos e isso lhes trazia um certo desânimo e desalento.

Segundo Simmel (2005), a pobreza anula a condição de cidadão desses moradores. Enquanto ao cidadão os direitos são inerentes à sua condição, para o pobre a assistência e a doação instituem sua condição social (SIMMEL, 2005). A política pública de assistência aos pobres deixa de ser uma obrigação do Estado, mesmo estando prescrita na Constituição Federal, Artigo V, no caso brasileiro, pois a condição social de pobre lhe priva a condição de reivindicação. O pobre se torna, portanto, objeto da caridade de particulares, baseando-se numa relação pessoal entre quem dá e quem recebe gesto esse que enaltece moralmente o doador.

Mesmo com todo o investimento na cidade é possível afirmar que as relações hierarquizadas são reafirmadas por intermédio da inserção subalterna (LÚCIO, 2007) do pobre na sociedade. Alcança a tão sonhada casa própria, mas o tamanho não é suficiente para que ele se realize plenamente. Faz cursos e estuda, mas só

consegue empregos temporários e de baixa remuneração. Tem acesso à escola, mas duvida da qualidade. Tem acesso ao Posto de Saúde, mas não há médicos ou medicamentos. A pavimentação asfáltica está pronta, mas o transporte público é ineficiente e insuficiente. Tem acesso ao ensino fundamental, mas até os seis anos de idade a criança fica sob os cuidados de pessoas sem qualificação, deixando as mães e pais apreensivos em relação à atenção aos seus filhos. Não existem espaços e propostas de lazer na cidade, fazendo com que nos dias de descanso as alternativas se reduzam aos bares e jogos de sinuca e atividades musicais no meio da rua.

Mesmo sendo uma proposta de intervenção urbana integrada percebe-se a sua insuficiência na solução das profundas desigualdades sociais e econômicas. Vê-se que o investimento necessário para solução dessa situação estaria circunscrito, talvez, a um projeto de nação ampliado, consistente e de médio e longo prazo. No caso analisado há o arrefecimento de condições de indignidade e desrespeito, mas não há o fortalecimento de ações consistentes de superação da pobreza e conquista da cidadania, nesse caso entendida como acesso aos direitos e garantias individuais e coletivas. O projeto de urbanização integrada, portanto, se coloca mais como desafio inicial do que como proposta definitiva.

REFERÊNCIAS

- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. **Manual do Programa Habitar Brasil**. 2004. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoas/hbb/biblioteca/normativos-do-programa-hbb/2-1%20-ManualHBBUAS.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2005.
- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Éditions de Minuit, 1983.
- _____. **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 5. p. 5. Disponível em: <<http://www.uff.br/cispcctae/comissao/lei8112.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2005.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. **Portaria 16/2000**. Dispõe sobre a regulamentação do Projeto Servir-Vilas Militares por meio da autorização do Poder Executivo a criar Vilas Militares por meio de Projeto Habitacional para estas categorias, 2000. (mimeo).
- DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Decreto n. 21.201** de 17 maio 2000 que instituiu o Projeto Servir-Vilas Militares que autoriza o Poder Executivo a criar as Vilas Militares e o Projeto Habitacional para essas categorias, 2000a (mimeo).
- CASTELO BRANCO, L. B. Brasília: do centro à periferia ou uma Viagem Redonda. In: PAVIANI, Aldo. (Org.). **Urbanização e metropolização**. Brasília: Codeplan/UnB, 1987. p. 21-31.
- CASTRO, A. D. O ensino: objeto da didática. In: CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. (Org.). **Ensinar a ensinar**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 13-29.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1990.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Distrito Federal, síntese de informações socioeconômicas**. Brasília: CODEPLAN, 2006. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000005.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2008.
- _____. Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias. **PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. 2004. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/download/PDAD_2004.pdf>. Acesso em: 03 maio 2008.
- FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Brasília: novos rumos para a periferia. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, moradia e exclusão**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996, p. 189-212.

- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GOUVÊA, L. A. de C. Habitação e emprego: uma política habitacional de interesse social. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, moradia e exclusão**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996. p. 231-250.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 2001.
- IBGE. **Educação no Brasil**. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>>. Acesso em: 05 maio 2008.
- LÚCIO, M. de L. **Nova periferização urbana: Políticas Públicas com financiamento internacional e o impacto na produção direitos sociais**. 2007. 208 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília: Departamento de Sociologia, Brasília, 2007.
- NUNES, B. (Org.). **Brasília, a construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- PAVIANI, A. **Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização**. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.
- _____. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, A. (Org.). **A conquista da cidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 115-134.
- _____. Gestão do território como exclusão socioespacial. In: PAVIANI, A. (Org.) **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora da UnB, 1999. p. 197-222.
- SIMMEL, G. **Les Pauvres**. 3^e éd. Paris: Quadrige/PUF, 2005.
- SILVA, L. S. D. **A construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiás: EdUFG, 1997.
- SOUSA, N. H. B. **Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política**. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.
- TEIXEIRA, H. de A. **No tempo da GEB (1956-1960): trabalho e violência na construção de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 1996.
- VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela: do mito de origem da favela.com**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2005.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

Recebido: 07/10/2008

Received: 10/07/2008

Aprovado: 27/02/2009

Approved: 02/27/2009

Revisão: 24/06/2009

Review: 06/24/2009